---------- **ACTA Nº 02 / 2 020** ----------

---------- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** ----------

--- DATA: Dezanove de fevereiro de dois mil e vinte ----------

--- LOCAL: Sala de Sessões da Assembleia Municipal ----------

--- INÍCIO: Vinte e uma horas ----------

--- ENCERRAMENTO: Zero horas e cinquenta e cinco minutos ----------

--- PRESIDIU: Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos ----------

--- 1ª SECRETÁRIA: Márcia da Silva Lopes ----------

--- 2º SECRETÁRIO: Luís Neves ----------

--- MEMBROS PRESENTES: ----------

--- PARTIDO SOCIALISTA: ----------

--- Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos, Mónica Silva, Teresa Maria Melo Tavares Correia, Leonardo Silva Martins, Sandra Cristina Silva Oliveira, Ana Rita Pinho Pereira, Artur Ventura Ribeiro Nunes, Márcia da Silva Lopes, Pedro Emanuel Tavares Costa Santos, Paulo Bacalhau, Susana Maria Reis Santos Lima Bastos Gomes e, Helena Teresa Couto (junta de freguesia). ----------

--- COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP: ----------

--- Gonçalo Resende Fernandes, Pedro Nuno Mourato Baptista Gual, Susana Maria Oliveira Lamas, Rosa da Silva Ferreira, Paulo Jorge Barreira Marques, Luís Neves e, João Bernardo Ferreira das Neves. ----------

--- COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: ----------

--- Jorge Manuel de Resende Cortez. ----------

--- MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL: ----------

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira ----------

--- VEREADORES: Paulo César Lima Cavaleiro (Coligação PPD/PSD.CDS-PP), Irene Maria Silva Guimarães (PS), Paula Margarida Pires Gaio kulzer (PS), Maria de Fátima P. M. Santos Roldão (Coligação PPD/PSD.CDS-PP), José Nuno Lopes Dias Vieira (PS) e, Maria do Rosário Rodrigues Gestosa (PS). ----------

--- Dando início à sessão, a senhora presidente da Assembleia Municipal saudou todos os presentes e, de imediato, procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos: ----------

---------- **ORDEM DE TRABALHOS** ----------

1 – Período de Intervenção do Público

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Aprovação das Atas nºs: 08/2019 - Sessão Ordinária (1ª reunião em 18.11.2019 com 2ª reunião em 02.12.2019); 09/2019 – Sessão Extraordinária de 03.12.2019 e, 01/2020 – Sessão Extraordinária de 20.01.2020; ----------

3.2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "Autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo, no montante de 600.000 euros"; -------

3.3 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ------

3.4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "Contrato-Programa entre o Município de S. João da Madeira e a Habitar S. João, E. M. – Empresa Municipal de Habitação". ----------

--- Seguidamente, passou-se ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos ----------

---------- **PONTO 1** ----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

--- ANA COUTO – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- Sou Ana Couto, moro na Avª do Brasil, hoje pretendo agradecer a todos os munícipes que, perante a situação de uma senhora sem-abrigo a viver na rua, não conseguiram ficar indiferentes. Obrigada! Na passada semana fomos confrontados, mais uma vez, com uma senhora a dormir no jardim lateral do hospital, não pretendo fazer qualquer acusação a ninguém, pois sei, por experiência própria, que desde o município ao centro de saúde, bombeiros e hospital, todos fizeram o melhor que sabiam e podiam, sei também que, por vezes, o nosso melhor não chega e que existe sempre alternativa, mesmo que no momento esta não seja visível. Pretendo agradecer em especial à Drª Norlinda Lima pela sua incansável sensibilidade, empatia e compaixão pelo sofrimento dos outros. Conheci-a quando comecei a frequentar as sessões da assembleia da Junta de Freguesia. Quando a vi pela primeira vez como presidente da Assembleia, fiquei rendida à sua doçura, sabedoria e delicadeza natural, é uma senhora excecional, uma inspiração, obrigado por não ser indiferente. Agradeço também às professoras e educadoras do agrupamento de escolas

Serafim Leite, à Paula, Inês, D. Conceição, D. Celeste, Teresa, Luísa, Salomé e a todas as que não deixaram faltar comida e agasalhos a esta senhora. Tenho a certeza que fizeram também o melhor perante a miséria e a pobreza do outro, o meu objetivo aqui hoje, é apelar para que a problemática de pessoas sem-abrigo na nossa cidade, independentemente da causa, não seja indiferente a todos nós cidadãos, instituições, poderes autárquicos, como se o problema não existisse e fosse invisível. A simples frase "eles não querem ser ajudados" não nos tranquiliza. Hoje agradeço a não indiferença e o sobressalto que este problema nos coloca diariamente pois, só todos juntos, podemos cuidar de todos na cidade. Por último, peço ao senhor presidente para que se façam rondas policiais mais frequentes, principalmente junto dos estabelecimentos escolares e bairros da cidade, com o objetivo de prevenir e evitar o tráfico de substâncias ilícitas. Por exemplo, em Fundo de Vila, no passado vivemos em sobressalto com o problema das drogas, houve pais que não desistiram dos filhos e estes recuperaram, mas também pais que perderam os seus filhos que morreram e outros que continuam perdidos. Hoje, e mais do que nunca, devemos ter atenção e preocupação para este problema transversal a todos os cidadãos.--------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse:----------

--- Quero agradecer esta intervenção e, mais uma vez, a chamada de atenção para a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo. A situação da pessoa a quem estava a dirigir-se, tem sido acompanhada pelo município desde os últimos meses a um ritmo praticamente diário, com várias intervenções, em articulação com o Trilho, ainda hoje fizemos o ponto de situação, alias, fazemos quase todos os dias, todos os mecanismos de apoio institucional previstos na lei foram colocados à disposição dessa pessoa. Dou esta garantia à Assembleia Municipal e à comunidade. Relativamente à 2ª questão, nós temos reuniões periódicas com a PSP porque essas medidas são da sua competência, mas essa matéria tem sido abordada nas nossas reuniões, sabemos que a PSP está atenta à situação dos sem-abrigo, está em curso uma política importante no nosso município, que se materializou numa experiência relativamente inovadora, que é um apartamento T4 de autonomização para 3 pessoas, é avaliado o perfil do sem-abrigo para que possa viver em conjunto com outras pessoas, é muito importante para a recuperação da autonomia e para adquirir melhores hábitos de vida, tem sido uma experiência muito importante. Por outro lado,

está prestes a ser aberto o restaurante social cujas obras nós temos acompanhado, é uma resposta que permitirá que pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham um espaço condigno para tomar as suas refeições. O nosso município, efetivamente, está na linha da frente em termos de respostas sociais, são problemas que nunca têm fim, todos os dias os técnicos da Câmara, da Misericórdia, da Segurança Social e dos Ecos Urbanos dão o seu melhor no acompanhamento destas difíceis situações, ajudando esta comunidade a recuperar.----------

--- Não se registando mais intervenções, passou-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos ----------

---------- **PONTO 2**----------

---------- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- **GONÇALO FERNANDES / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- Eu vou abordar um assunto que levantou alguma discussão, é sobre o concurso dos enfeites das rotundas. Senhor presidente, pode estar tranquilo que não vou falar disto como se de uma catástrofe ou drama se tratasse, porque não foi, mas definitivamente, alguma coisa correu mal e é importante perceber o que é que não correu bem. Como sabe, temos muita estima por este projeto que tem a marca da JSD, foi uma iniciativa da titularidade da JSD e da Comissão Política Concelhia que, com o passar dos anos, se traduziu numa boa iniciativa, num processo com dinâmica e, de certo modo, uma marca da cidade, porque atrai pessoas a S. João da Madeira para verem os enfeites das rotundas. Durante o tempo em que o PSD geriu este processo não há registo que tenha corrido mal, a votação era já feita pela internet, a fiscalização da votação era feita por funcionários da câmara, os critérios estavam definidos e eram fiscalizados por um júri. Agora a votação passou a ser feita por uma empresa que falhou, retirou-se o júri do concurso e com isso, retirou-se também a hipótese de fiscalização dos critérios, alguns deles baseados na preocupação ambiental que o nosso município tem vindo a ter nos últimos anos, ou seja, todas as rotundas hoje são admitidas a votação, quer tenham cumprido os critérios ou não. Sabemos que houve rotundas que não os cumpriram, nomeadamente os de ordem ambiental e, portanto, a partir do momento em que se decidiu alterar o sistema e a forma como o processo era gerido, as coisas passaram a não correr bem, verificou-se aquilo que já se tinha verificado com o orçamento participativo municipal. Eu não condeno a ambição do Partido Socialista em querer inovar, fazer diferente e melhor, mas nós não podemos, como é óbvio, mexer por mexer, a ideia

que fica é precisamente essa, mas quando alterarmos alguma coisa devemos sempre alterar para melhor, acho que desta vez isso não aconteceu, mas, naturalmente não faço disto um drama ou cataclismo, que é uma expressão sua. Também queria elogiar e valorizar a postura do senhor presidente ao ter anulado a votação, eu não tenho problemas nenhuns em afirmar que, ao pugnar pela verdade, esteve à altura do cargo que ocupa, isso é transparência, parabéns, valorizo aqui e reconheço a sua postura, quero que reconheça isto. O PSD, quando vem aqui fazer as suas intervenções, não diz mal por dizer, o trabalho da oposição é mesmo isto, é fiscalizar e apresentar alternativas, podemos concordar ou não, mas neste assunto, pelos resultados do passado, pela forma como o processo era gerido, nunca ter dado problemas, nós não concordamos com as alterações e, face ao sucedido, creio que os sanjoanenses partilham da nossa opinião. ----------

--- **SUSANA LAMAS / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- Gostaria de questionar o senhor presidente sobre um tema que é recorrente, já o trouxemos aqui a esta assembleia e prende-se com o Palácio da Justiça. É um tema que está na ordem do dia e tem sido notícia pelas piores razões, obviamente que os problemas que existem não são responsabilidade direta da Câmara Municipal, mas na sessão de 30 de abril de 2018, eu questionei o senhor presidente acerca do subaproveitamento do nosso tribunal, já anteriormente a essa data o senhor tinha afirmado que estava disposto a trabalhar nesse dossier, nessa mesma sessão, respondeu, novamente, que concordava connosco e que iria solicitar uma audiência à senhora ministra da Justiça, entretanto, não soubemos de mais nada. Voltamos a questioná-lo sobre o assunto na sessão de 17 de dezembro de 2018 e o senhor presidente respondeu-nos que ele e a vereadora Paula Gaia tinham tido uma audiência com a secretária de estado Helena Ribeiro e que colocaram questões relativamente ao tribunal estando a aguardar resposta às mesmas, mas que iria insistir. Acontece que estamos em 2020 e questionamos o que é que aconteceu a este dossier, se já obteve resposta, se desistiu ou continua disposto a trabalhar neste dossier, gostaríamos de saber o ponto da situação. ----------

--- **LEORNADO MARTINS /PS** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -

--- Antes de mais, uma resposta muito rápida à questão colocada anteriormente, é público que o senhor presidente trocou correspondência com o Governo e já assumiu publicamente estar atento ao assunto e a preparar uma empreitada, foi noticiado e todos sabemos. Relativamente

ao ponto que me trouxe aqui, tem que ver com o anúncio que a Câmara Municipal fez esta semana relativamente aos resultados da recolha de resíduos, que foram os melhores de sempre, desde que é realizada esta avaliação que se iniciou em 2002, a recolha seletiva aumentou e diminuiu a quantidade de resíduos indiferenciados que foram produzidos, estes resultados muito positivos são consequência de uma maior consciencialização ambiental, mas também das políticas públicas que a autarquia tem implementado com mestria e visão de futuro, designadamente, o novo sistema de recolha seletiva porta-a-porta que está em vigor desde outubro, assim como o aumento do número de ecopontos espalhados pela cidade. Senhores deputados, o maior desafio que a sociedade tem para a próxima década, é o de saber adotar as medidas mais eficazes para combater e, neste momento, já mitigar as alterações climáticas, seja pelos comportamentos individuais de cada um seja pelas políticas públicas de transformação digital, transição energética ou de mudança de paradigma no que à produção de tratamentos de resíduos diz respeito e, neste âmbito, seja feita justiça à Câmara Municipal que, desde 2017 aquando o PS venceu as eleições autárquicas, que a cidade tem assistido a uma autêntica revolução na forma como se olha e, sobretudo, como se age pelas questões ambientais, energéticas, de higiene e dos espaços verdes. Exemplo disso mesmo, são as medidas que foram implementadas no combate ao plástico descartável em eventos como a "Cidade no Jardim", o "Andebolmania", o "Carnaval das Escolas", mas também através da instalação de iluminação pública LED, as campanhas de reciclagem nas escolas que são o local de sementeira onde se deve educar as nossas crianças para estas ações, a requalificação dos ecopontos escolares, a valorização dos espaços verdes da cidade, a criação de um projeto-piloto de recolha de agulhas usadas resultantes da administração de insulina e de outros tratamentos, evitando que acabem depositados no lixo doméstico, é também um sinal de que a intervenção do público nesta assembleia é ouvida e tem consequências práticas, a requalificação das infraestruturas do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, muito haveria a dizer sobre este assunto. A verdade é que o PS assumiu o compromisso de desenvolver ações concretas e inovadoras para que S. João da Madeira seja uma cidade mais amiga do ambiente, este é, e tem de continuar a ser, um desígnio coletivo para as próximas décadas e deve unir políticos, a economia e a sociedade em geral, pois é um propósito que só poderá ser alcançado se todos fizerem a sua parte, pelo que nos foi dado a conhecer esta semana, numa cerimónia presidida pelo senhor vice-presidente, S. João da Madeira está no rumo certo para ser

uma cidade mais verde e com menos resíduos, congratulando-se por isso, a Câmara Municipal e todos os sanjoanenses que contribuem diariamente para estes resultados. ----------

--- **PAULO BARREIRA / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- Começo esta intervenção por felicitar o executivo mais uma vez. O senhor está com sorte hoje, pois passamos a vida felicitá-lo, pela rapidez e eficácia que procedeu à limpeza do trajeto que acolheu o "Carnaval das Escolas", à semelhança do que aconteceu no executivo do PSD/CDS, é uma boa prática que nos deixa satisfeitos. Ainda sobre o Carnaval, queremos deixar uma palavra de agradecimento a todos os que participaram e contribuíram para animar o corso carnavalesco da cidade, é sobre os participantes que queria perguntar qual o valor que foi gasto pelo município com a participação dos 3 cardadores de Ílhavo. Gostaria também de fazer um alerta, na rua Vicente Ribeiro estão uns arbustos/ramos a entrar numa propriedade privada, já cobrem metade do telhado e entram pelas janelas, deveriam ir lá os serviços camarários para averiguar, julgo que já está na aplicação do município, deixo aqui o reparo. Em relação ao movimento dos escuteiros, o PSD/CDS através de uma proposta, sugeriu que se apurasse a questão da propriedade, já está esclarecido é da paróquia, no entanto, essa mesma proposta propõe que a autarquia, através dos seus técnicos, realizasse uma visita e verificasse as patologias e as carências para que pudesse desenvolver um projeto de intervenção. Na altura não chegámos a acordo com os prazos, mas o acordo foi de que os técnicos indicassem uma data e depois fizessem esse levantamento e realizassem um projeto de intervenção, essa visita ainda não foi realizada, nem pelos técnicos nem por vossa Exª., o projeto nem à gaveta chegou, eu quero lembrar que apresentámos esta proposta no início do seu mandato, reforço agora para o plano e orçamento de 2020. Eu gostava que não ignorassem estes factos, é uma preocupação que temos já há algum tempo, trata-se de uma instituição que merece atenção pelo trabalho que desenvolve. Identificámos patologias e carências que a sede tem, por exemplo, o telhado é de fibrocimento, sendo que a atividade é, maioritariamente, realizada por crianças e acho que oferece algum perigo, é uma instituição que necessita urgentemente da vossa atenção, é uma questão de sensibilidade do município, sabemos que a propriedade não é da autarquia, mas é uma associação da cidade que merece atenção. ----------

--- **ARTUR NUNES /PS** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- Só quem circula com frequência pelas ruas da cidade pode verificar os melhoramentos: foi colocado o pavimento e pinturas nas ruas Soares dos Reis, Edina Garcia, Domingos José de Oliveira, Avª Dr. Renato Araújo (junto ao Mercado), Arrifana, Avª Benjamim Araújo, Camilo Castelo Branco e da Fundição; tem sido feito um esforço enorme na pintura da sinalização horizontal, passadeiras e sinalização, enfim, não gostaria de lembrar o passado, mas isto ressalva que efetivamente a nossa cidade estava a precisar de ar fresco, os sanjoanenses optaram por isto tudo em 2017, quando escolheram V. Exª. para presidente da câmara, pois está a olhar pela nossa cidade naquilo que é preciso. Eu não queria deixar de falar sobre a obra da rua João de Deus que já está pronta, pôs fim a um estrangulamento de trânsito que existia nessa artéria do centro da cidade, demoliu um imóvel e permitiu ainda o alargamento do passeio, melhorando a mobilidade dos peões. Esta requalificação insere-se na empreitada "cidade inclusiva", a qual inclui intervenção em mais de 50 passadeiras, 4 delas inteligentes e ainda a criação de passadeiras táticas para invisuais. Sou atento e, como ando a pé, vejo naquela rua um senão, sei que vai ter isto em atenção, refiro-me ao imóvel onde está a loja do modelismo, aquela fachada não está a condizer com a nova rua. Também nos terrenos existentes no sentido oposto, precisavam de um taipal para encobrir toda aquela situação, se me permite, a partir deste momento e pelo aspeto da artéria, considero-a Avª João de Deus, pois agora bem merece. Outro ponto, a autarquia decidiu e bem, no meu entender, abrir os 3 cemitérios aos domingos de tarde, são espaços muito sensíveis, é um dia que muitas pessoas reservam paras visitar e homenagear os seus familiares já falecidos, foi uma boa decisão, de coragem e há muito esperada por toda a comunidade, não havia nenhuma razão de fundo que justificasse o encerramento dos cemitérios ao domingo à tarde, quanto ao horário de funcionamento, espero que no verão possa ser alargado até às 18 horas. Sobre a Casa da Criatividade que acolheu no passado dia 5 de janeiro, pelo 5º ano consecutivo, o encontro de grupos de Reis organizado pela Tuna de música da nossa cidade com o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, pelo palco passaram vários grupos de folclore oriundos de vários concelhos que trouxeram as suas raízes e tradições musicais, cor e alegria, com casa cheia de pessoas de todas as idades e que deram por bem empregue as 3 horas que durou a 5ª edição da Trupe de Reis, foi mais um encontro com a cultura e o folclore. É pena que S. João da Madeira não tenha um rancho de folclore, senhor presidente, se fosse possível

até ao final do seu mandado, reerguer o rancho de folclore Laborânea, certamente que os sanjoanenses lhe ficariam muito gratos. ----------

--- RITA PEREIRA /PS - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- O que me trouxe cá tem a ver com a reabilitação do Centro Coordenador de Transportes, Casa das Associações e do Centro Intermodal. Quero parabenizar o senhor presidente da Câmara Municipal pela coragem, o deputado Gonçalo Fernandes falava há pouco na coragem de tomar posições, eu chamo a atenção para a coragem da reabilitação dos nossos edifícios, até agora construímos verdadeiras obras, algumas até além daquilo que são as nossas possibilidades, mas agora cabe a este executivo a ingrata tarefa de as reabilitar, é extremamente necessário para o funcionamento das infraestruturas da nossa cidade. Falo das patologias do edifício da "Casa das Associações" com algum conhecimento de causa, chovia dentro do elevador, as obras nestes 3 edifícios pecavam por tardias, quero também fazer referência à reabilitação feita na fachada do edifício com a colocação de grelhas de sombreamento, dão beleza e uma estética diferente ao edifício tornando-o mais contemporâneo e eficaz do ponto de vista da insolação, já era altura da câmara se preocupar com as associações que habitam aquele edifício e, portanto, quero agradecer ao senhor presidente ter realizado estas melhorias que várias vezes foram solicitadas aos executivos anteriores. Relativamente à reabilitação do Centro intermodal que estava fechado há bastante tempo, é um equipamento importante e poderá passar de novo a servir todos os utilizadores, estas obras assumem uma particular importância numa altura em que falamos da descarbonização e das preocupações ambientais, em que os transportes públicos ganham um novo impacto naquilo que deveria ser a mobilidade na cidade. Aproveito para destacar o facto de o município ter aderido ao passe metropolitano que acarreta um custo para a autarquia e também pelo TUS ser gratuito para todos os alunos da cidade, realmente possibilita uma boa mobilidade urbana, muito mais eficiente do ponto de vista energético e também facilita a dinâmica familiar. Eu já cá vim questionar o porquê de não termos e agora venho agradecer, a colocação de um posto de abastecimento de viaturas elétricas. Acredito que numa cidade tão vanguardista como a nossa, mais postos destes irão surgir, porque realmente poderão incitar a aquisição de viaturas elétricas e tornar a nossa mobilidade muito mais sustentada.----------

--- **PEDRO SANTOS / PS** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: --------

--- Ultimamente temos assistido, em várias cidades e países, a alguns episódios de uma enorme

gravidade e todos temos responsabilidade na forma como os devemos combater, estou a falar do racismo, bowling e violência doméstica, acontece na escola, nas famílias e por aí fora. Um país como Portugal tem obrigação de criar condições e estratégias por forma a combater este flagelo, os nossos governantes têm enorme responsabilidade em dar uma resposta efetiva para que estas situações deixem de ocorrer e para que quem cometa estas atrocidades seja punido de uma forma exemplar. Uma das formas de combater este flagelo é o investimento na educação e na cultura. Só um país ou cidade que investe na educação e cultura, dará resposta e cria condições para que todos possam crescer com ética e valores. Neste sentido, não poderia deixar de dar os parabéns ao executivo pelo enorme esforço que tem realizado nestas áreas, educação e cultura. Falando especificamente da cultura, hoje os sanjoanenses têm o privilégio de quase diariamente ter acesso a diversos eventos, informações e atividades culturais, o investimento realizado nesta área será, com toda a certeza, um enorme contributo para o combate a este flagelo. O desenvolvimento de uma cidade, deve-se em grande parte ao acesso que os seus habitantes têm ao nível da cultura, S. João da Madeira é cada vez mais conotada como uma cidade exemplar e com visão de futuro, não me atrevo descrever e identificar todos os eventos já realizados e os que já estão programados, mas, numa análise à agenda cultural municipal, poderemos constatar a vasta e rica variedade dos eventos propostos. Desta forma, e para terminar, gostaria novamente de dar os meus parabéns ao executivo pelo excelente trabalho desenvolvido na área da cultura, honrando os seus compromissos assumidos junto dos sanjoanenses em campanha eleitoral, para ser mulher de César não basta ser, tem que parecer.----------

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ------

--- Quero manifestar a minha preocupação por mais um processo de desindustrialização a que a nossa cidade assiste, fomos surpreendidos com o encerramento de mais empresas. O setor produtivo em Portugal, a indústria, as pescas e a agricultura, nos últimos 20 anos, têm tido um decréscimo acentuado, cada vez mais passámos a ser um país de serviços, deixando de ser um país com produto industrial e agrícola, 70% dos produtos alimentares são importados. No final do século 20, os governantes e os partidos que eram governo, prometeram que o euro era a autoestrada para apanharmos o pelotão da frente. O euro e as políticas que se relacionaram a ele são uma autêntica mentira. Nestes últimos 20 anos perdemos, na nossa sub-região, a vanguarda ao nível dos salários e hoje estamos abaixo de concelhos como Oliveira de Azeméis, Santa Maria

da Feira e Vale de Cambra, de facto, no ranking das coisas estamos pior. Agora, uma opinião sobre o suicídio assistido ou eutanásia, amanhã vai ser votado e, provavelmente aprovado, um conjunto de projetos que irão dar lugar àquilo a que se designa por suicídio assistido ou eutanásia. Perante problemas do sofrimento humano, doença, deficiência ou incapacidade, na nossa opinião, a solução não é desresponsabilizar a sociedade promovendo a morte antecipada de pessoas nessas circunstâncias, mas sim o progresso social, no sentido de assegurar condições para uma vida digna, mobilizando todos os meios e capacidades sociais, científicas e tecnológicas, no sentido de debelar o sofrimento e a doença. A nossa opinião é claramente contrária à aprovação destes projetos. Nós queríamos questionar o senhor presidente sobre os transportes, concretamente no que se refere a uma questão que nos têm colocado e que tem a ver com as pessoas que trabalham por turnos, em horário próximo da meia-noite e até de madrugada. Gostaríamos de saber se esse problema tem sido posto à câmara, uma vez que nos têm questionado sobre o assunto, tanto nos transportes municipais como de outros transportes, entre eles o comboio, há pessoas que relatam dificuldades na região e em S. João da Madeira para se dirigirem às empresas em regime de trabalho por turnos. Outra questão, é sobre o estacionamento nas zonas industriais onde há problemas complicados, dado que ainda não atingimos a tal rede que o líder do partido socialista referiu, esse patamar que é desejável, o que acontece é que as pessoas têm que se deslocar de automóvel, antigamente era de motorizada, mas hoje felizmente, muita gente tem automóvel e é uma complicação terrível arranjar estacionamento. Gostávamos de alertar para a necessidade de intervir nesta matéria. Sobre a empresa "Águas de S. João", o orçamento para o ano de 2020 antes de ser aprovado tem que ter o parecer do "Conselho de Supervisão", portanto, não pode haver orçamento. Outra questão, é a taxa ou tarifa de resíduos dos recursos hídricos, a lei que a impõe data de 2008 e é obrigatória, nunca consegui distinguir entre tarifa e taxa, pergunto ao senhor presidente o seguinte: a partir de 2020 começamos a cumprir essa obrigação legal, antes o dinheiro era entregue ao Estado pela empresa, ou não? Tenho duas informações, uma que sim e outra que não, gostava também de saber em que ponto se encontra o contrato de concessão? Outra questão, é o desenvolvimento do plano de pormenor do Largo do Souto, a câmara deu o 1º passo com a expropriação do edifício da antiga leitaria, pergunto quais vão ser os passos seguintes e, do lado oposto onde era a antiga PSP, prevê adquirir os terrenos para alargar o cemitério, conforme previsto nesse plano de

pormenor? O meu antecessor levantou, e bem, a situação péssima ali existente há muitos anos e, incluo também nesta pergunta, vai alterar o plano de pormenor tendo em consideração que o PS juntamente com a CDU votou contra o mesmo, por várias razões, creio que estava nessa sessão, lembra-se? ----------

--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- Quero agradecer todas as questões que foram colocadas. Relativamente à 1ª questão, já ontem na entrega dos prémios, tive oportunidade de explicar de viva voz aos intervenientes que compareceram todas as vicissitudes deste processo. Antigamente a votação era feita por um júri, já existia a votação eletrónica, creio que a plataforma que estamos a utilizar atualmente já era feita por esta empresa. Cada membro do júri tinha um voto e depois a votação eletrónica valia também um voto. Suponhamos que os membros do júri eram 4, cada membro do júri valia um voto e depois todos os votos das pessoas que votavam eletronicamente tinha o mesmo peso que o voto de cada um dos membros do júri. Alterámos isso porque não nos pareceu correto, quando pedimos às pessoas para votar, devemos observar o princípio democrático de cada cabeça um voto. Imaginemos que fazíamos um referendo no país, colocava-se uma pergunta aos portugueses, mas depois nomeava-se 5 peritos e a votação de 5 milhões de portugueses valia o mesmo que o voto de 5 peritos! Não pode ser, quando se pede às pessoas para decidir, ou bem que se dá o poder de decidir ou bem que não se dá. Aquilo que nós fizemos foi dar poder às pessoas e confiar nelas, foi esta a razão de ser da decisão. Obviamente que as pessoas sabem quais são os critérios de votação e que têm que dar prevalência à questão ambiental, portanto, aqui a questão está em confiar na decisão e dar soberania às pessoas, foi este o sentido de orientação, que me parece absolutamente correto, porque era injusto desvalorizar e não dar saliência à votação eletrónica. Este é o 1º ponto que eu gostaria de explicar, depois aquilo que sucedeu, efetivamente, foi uma falha técnica do processo de votação eletrónica, foi detetada e conduziu à anulação do 1º processo e à repetição que, obviamente, perante a informação que tinha, não podia tomar outra decisão, como V. Exª. bem salientou. Foram pedidas cautelas adicionais e testes à empresa, nós só abrimos o 2º processo de votação depois de termos a confirmação de que os problemas estariam resolvidos, só divulgamos o resultado com uma atestação da empresa dizendo que tinham rastreado convenientemente o processo e que não

existiam falhas técnicas neste 2º processo de votação. Obviamente, nós lamentamos os inconvenientes e incómodos causados, peço desculpa institucionalmente por isso, mas concordo consigo, não é um cataclismo e, para nós, o importante deste processo não é quem ganha ou perde, é sim a participação e o envolvimento dos pais numa tarefa comunitária, o resultado de ornamentação da cidade e a mensagem ecológica que está subjacente, eu penso que a generalidade e a esmagadora maioria das pessoas aceitaram a decisão que tomei e compreenderam-na e, sobretudo no processo educativo e nas escolas, seria uma lição muito errada alguém saber que o presidente tinha fechado os olhos a uma situação daquela dimensão. Não era possível, esclareci a razão de ser da alteração do processo de votação que foi adstrito apenas à votação das pessoas sem intervenção do júri. Relativamente à questão do Palácio da Justiça, tive já oportunidade de falar sobre essa matéria publicamente há dias numa sessão de tomada de posse da delegação da Ordem dos Advogados, informei que o assunto não está esquecido, fiz sentir as nossas apreensões, vamos agendar uma reunião com a nova equipa da Justiça para voltar à carga com este assunto, houve troca de correspondência na sequência da visita que fiz à secretária de estado da Justiça, que culminou em novembro de 2019 com um ofício que recebemos do Ministério da Justiça sobre o processo de obras de reabilitação do tribunal, através do qual informaram que prescindiam da nossa intervenção. Nós estávamos em paralelo a falar com o Governo sobre as obras de reabilitação e a ocupação do tribunal, disponibilizámo-nos para fazer o projeto de arquitetura, chegou a existir uma visita técnica ao tribunal por parte dos nossos técnicos, quanto aos projetos de especialidades dissemos que não tínhamos internamente capacidade para os executar, mas que estávamos disponíveis para fazer um protocolo com o Governo para repartir/discutir o financiamento dos mesmos, estávamos até na disposição de assumir a condução da obra nos termos desse protocolo. O Governo avaliou a dimensão das obras, verificou que era necessária uma intervenção ampla e global na área de construção civil e noutros âmbitos e disse que ia subsumir toda essa necessidade numa empreitada global que o próprio Governo iria estruturar e lançar, esta informação é do final de 2019, posso dar-lhe o ofício, se estiver interessada. De facto, continuamos com o tribunal subocupado, nós fizemos a nossa pressão, tive oportunidade esta semana, na companhia da senhora presidente da Junta de Freguesia, de falar com o presidente do tribunal da comarca de Aveiro, com o administrador judiciário e com a delegação da Ordem dos Advogados, todos

concordámos que o nosso tribunal é excelente, tem algumas patologias, mas tem salas, uma arquitetura e bibliotecas excelentes, é um edifício interessantíssimo, dos melhores do nosso distrito e está praticamente vazio, já alertámos o Governo para isso, vamos continuar e convidamos todos os que queiram também a fazê-lo, nós não temos poder na administração da Justiça. Relativamente às questões que foram suscitadas sobre a recolha de resíduos, comungo daquilo que foi dito pelo Partido Socialista e pelo Leonardo Martins. Quero partilhar convosco alguns dos dados que são verdadeiramente impressionantes: em 2019 a recolha da separação de resíduos em S. João da Madeira face a 2018 cresceu 15,77%, é um crescimento profundamente assinalável, estamos todos de parabéns, isto deveu-se essencialmente a duas ordens de razões, por um lado, ao aumento do número de ecopontos que permite a recolha diferenciada de plástico, vidro, papel e cartão, nós aumentámos em 28 o número de estações de recolha, fruto de contactos e das relações que temos com a ERSUC, um dado interessantíssimo, a nível nacional há um ecoponto por 484 habitantes, em S. João da Madeira temos um ecoponto por 184 habitantes, temos uma taxa de cobertura muito superior à média nacional e até europeia, porque na europa temos um ecoponto por 238 habitantes, tem sido feito um esforço contínuo junto da ERSUC para aumentar o número de ecopontos, isso permite aumentar a recolha indiferenciada. Outro número muito importante, nós já separámos cerca de 12% dos resíduos totais que são produzidos na cidade, é um número muito impressionante em termos comparativos com outros municípios, foi um crescimento de 15,77% no vidro, papel, cartão, plástico e metal. Na área de cobertura da ERSUC, que abrange cerca de 3 dezenas de municípios, em média cada cidadão separa 15 Kg por ano de vidro, em S. João da Madeira são 18,5 Kg, em papel e cartão são 8 Kg, em S. João da Madeira são 21 Kg, em plástico e metal são 7 Kg, em S. João da Madeira são 13 Kg. Esta medida ficou-se a dever ao aumento do número de ecopontos e também ao início da recolha porta-a-porta, nós iniciámos em setembro uma grande transformação do processo de recolha, implementámos 3 medidas: 1ª - eliminámos a recolha ao domingo para a tornar mais ecológica porque o domingo era o dia em que menos quantidades eram recolhidas, reduzimos assim a pegada de carbono evitando a circulação de camiões na cidade; 2ª - alterámos o horário de recolha; 3ª – iniciámos a distribuição de 4 contentores por moradia para recolha seletiva, já atingimos 1200 moradias, este processo começou em setembro/outubro, nas ruas só compostas por moradias vamos eliminar os contentores de recolha coletiva e assim as pessoas terão um

estímulo adicional à separação dos resíduos. Quanto às questões colocadas pelo senhor Paulo Barreira, de facto, foi-nos perguntado antes do Carnaval qual era o custo com os cardadores de Ílhavo, nós anunciamos que era de 500 euros, mas previámos um número superior, à última da hora houve um problema, só vieram 3 e já não vai ser 500 euros mas 300 euros, em todo o caso, quero agradecer aos cardadores de Ílhavo porque acho que a sua presença foi muito importante e interessante. Nós introduzimos esta dinâmica no nosso Carnaval das escolas: no 1º ano convidámos os caretas de Podence, no 2º ano o Dragão Chinês, são tradições populares nacionais e internacionais ligadas aos festejos populares do Carnaval, acho que é também educativo para as nossas crianças transmitir estas e outras experiências da cultura popular, penso que isso animou bastante o cortejo, deu cor e vida, esta é uma política que vamos continuar, é uma tradição que gostaríamos que ficasse enraizada na nossa cidade. Quanto à questão da rua Vicente Ribeiro, ela está devidamente sinalizada, trata-se de uma questão entre privados, ou seja, vegetação que vem de um terreno particular para outro terreno particular, há limites para a intervenção da câmara, mas nós vamos reverificar o que existe, imaginemos que 2 vizinhos têm um quintal e um muro meeiro e folhas que caem dum quintal para o outro, essa questão não carece de intervenção da câmara, é uma questão que tem de ser resolvida apenas entre os particulares, a câmara intervém quando há questões de salubridade pública ou outras, em situações de direito de vizinhança, a câmara não tem competência legal para intervir e penso que é esse o caso, mas vamos verificar. Quanto à questão dos escuteiros, ela não está esquecida, o prédio é da paróquia, os serviços já têm o levantamento e vários orçamentos para equacionar a questão, mas nós temos que falar com o dono do prédio que é a paróquia, é um assunto que temos pendente para discutir com o senhor padre Álvaro Rocha, será ele o nosso interlocutor, amanhã tenho uma reunião com ele para tratar de outros assuntos mas também vou colocar este em cima da mesa e, oportunamente, iremos informar a coligação, essa matéria irá ter um desfecho, mas o nosso interlocutor terá de ser o proprietário do prédio antes de projetar qualquer intervenção ou qualquer tipo de apoio, a intervenção direta será muito difícil fazermos como todos sabem. Relativamente às questões que o senhor Artur Nunes mencionou, é evidente que todos os anos nós alocamos no orçamento uma verba para repavimentações, tínhamos algumas ruas em mau-estado, este ano iremos lançar uma nova empreitada para outras redes viárias, eu creio que foi muito importante uma intervenção que fizemos logo no início do mandato, a rua Soares

dos Reis é uma rua pouco movimentada e muito interior que estava numa situação muitíssimo degradada e os moradores há anos e anos que reclamavam essa intervenção, fomos atentos, fizemos logo essa intervenção, na rua da Arrifana envolveu não só o pavimento mas também o reperfilamento dos passeios que estavam à cota da estrada e era um perigo para os peões, de facto, fizemos várias intervenções de reabilitação. O imóvel que referiu, enfim, há imensos imóveis a carecer de reabilitação, a nossa cidade tem um conjunto de instrumentos para apoiar os proprietários na reabilitação dos imóveis que estão na ARU, há linhas de financiamento dedicadas a isso, a câmara tem limitações legais à reabilitação direta de imóveis que não são da sua propriedade e, se alguma vez o fizesse, teria de atuar de acordo com critérios gerais e abstratos de igualdade, portanto, não podemos equacionar uma intervenção dessas por motivos legais. Efetivamente há uma questão com esse proprietário que nós estamos a estudar e haverá uma decisão a muito breve trecho que, como é público, esse proprietário reclamou uma indemnização pelo incómodo que as obras terão causado, essa questão está em estudo, mas uma coisa é essa questão, outra coisa é o estado em que está o imóvel. A reabilitação dos imóveis é responsabilidade dos proprietários nos termos da lei e temos imensos imóveis em más condições na cidade. Sobre o outro lado da rua, aproveito também para responder à CDU, já tive oportunidade de explicar que relativamente aos terrenos onde estava a antiga polícia, considero uma ferida aberta no coração e centro da cidade, em 1º lugar, chamámos cada um dos proprietários para uma reunião individual, que eu próprio conduzi, para explicar o plano de pormenor e para convidar as pessoas a falarem entre si no sentido de tentar que o executem, o mesmo prevê uma habitação coletiva e uma zona verde, só que o plano de pormenor está desenhado em terrenos que pertencem a 4 pessoas diferentes, portanto, para o executar terá que haver um emparcelamento, ou alguém compra todos os terrenos ou um dos proprietários compra aos outros ou a câmara expropria e depois vende a alguém para executar o que está no plano, são estas as hipóteses, nós falámos com todos os proprietários dado que ninguém o tinha feito desde a aprovação do plano, demos um prazo para reflecção, depois convocámos novamente todos para uma reunião coletiva, tentámos que se entendessem, pois é este o papel da Câmara Municipal, tentar, cooperar, informar e esclarecer para que o plano seja executado, estas diligências frustraram-se porque as pessoas não se entenderam, nenhuma quis comprar às outras, mas nós fizemos o nosso dever, tentámos dinamizar a execução do plano e, nessa

sequência, estamos a estudar mecanismos para imposição do plano nos termos da lei, é isso que neste momento está em equação, ou nós executamos aquele plano de pormenor, isto refere-se a todos os planos de pormenor porque são muito importantes pois ordenam o território e definem uma intervenção de qualidade, mas depois é preciso que alguém os queira executar, aí é que a porca tem torcido o rabo, porque nós temos alguns planos de pormenor e está a ser difícil encontrar interessados em os executar, se calhar, vamos ter que os suspender ou rever, mas tudo isto tem que ser feito após esgotar etapas e procedimentos, neste caso foi o que fizemos, temos uma avaliação económica/financeira em curso, uma jurista a estudar os mecanismos que a câmara tem para impor a execução do plano e resolver aquele problema de gestão urbanística da cidade, há instrumentos legais e temos que os utilizar, mas só depois de esgotar o diálogo com os proprietários e foi o que aconteceu. Relativamente à generalidade do plano, o mesmo prevê a construção de um novo edifício religioso, já contactámos a paróquia para saber se mantinha interesse no plano, estamos a fazer essa avaliação e muito focados neste segmento, mas não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, creio que a breve prazo, teremos novidades sobre esta matéria. Quanto aos cemitérios, no verão o horário será mais alargado, isso está acautelado, tomei a decisão de não alterar o horário de funcionamento do cemitério para a prática dos atos cemiteriais, sendo que os mesmos ao domingo à tarde não se praticam, mas é permitido que a porta dos cemitérios esteja aberta, porque, de facto, muitas pessoas o pediram, aliás, em muitas freguesias e localidades à volta de S. João da Madeira os cemitérios têm a porta aberta ao domingo à tarde, não havia qualquer razão de fundo para que assim não fosse. Relativamente ao rancho folclórico, estamos a fazer esforços nesse sentido, já falámos com algumas pessoas para tentar reativar o rancho Laborânea, mas é necessário que haja interessados porque um rancho implica pessoas a dançar em público danças tradicionais, não é algo que se crie por decisão político-administrativa, se fosse, já estava reativado, nós estamos a tentar encontrar dançarinos para reconstituir o rancho, eu convido o senhor Artur Nunes para dançar no rancho e todos que aqui estão, eu só não vou porque iria, enquanto dançarino, dar cabo da reputação do rancho, por isso não me ofereço como voluntário para essa tarefa, quem gostar de dançar e de preservar as nossas tradições populares, informe, para podermos reconstituir o rancho, é uma decisão que depende da vontade dançante das pessoas, nós estamos a falar com algumas pessoas não só para reativar o rancho na sua vertente dançante mas também para a preservação do espólio que

está na Casa das Associações. Relativamente à intervenção da senhora Rita Pereira, efetivamente nós elaborámos o projeto, lançámos a empreitada e está em curso a reabilitação do edifício da Casa das Associações e do Centro Coordenador de Transportes, há outras reabilitações em curso na cidade, interviemos na Academia de Música, na Tuna dos Voluntários, no Auditório Municipal, em 5 escolas para retirar o amianto, no pavilhão Paulo Pinto para mudar a cobertura, já vinha de projetos anteriores mas foi já neste mandato que lançámos a obra e foi executada, a reabilitação da Casa do Moinho e da Casa da Eira, portanto, há uma vaga de intervenções na reabilitação em curso. Relativamente ao pavilhão das Travessas, já temos contratada uma equipa que está a elaborar o projeto de reabilitação, foi tomada a decisão política e lançado um procedimento para escolher uma equipa de engenheiros e arquitetos que já estão a trabalhar e, anúncio agora a boa notícia, está aqui a senhora presidente do Conselho Geral da Escola Serafim Leite, Drª. Isabel Valente, anúncio que hoje recebemos o visto do Tribunal de Contas que dá luz verde à empreitada de reabilitação da Escola Serafim Leite, é uma boa notícia, temos agora condições para arrancar com a obra que é muito desejada pela comunidade escolar e por todos, é uma das escolas mais antigas da cidade, tem o nome do grande historiador e escritor padre Serafim Leite, que foi também um dos autores da nossa independência municipal. Também adjudicámos e já está no Tribunal de Contas a obra de reabilitação da Escola de Fundo de Vila, foi lançado o concurso e, se tudo correr bem com os empreiteiros, teremos estes equipamentos escolares reabilitados condignamente. Quanto à questão da cultura, efetivamente, temos feito um grande investimento tentando tirar partido dos bons equipamentos culturais que a cidade tem, como a Casa da Criatividade e os Paços da Cultura, eu gostaria de assinalar que já anunciámos a programação da Casa da Criatividade, desde 2018 mudámos radicalmente a política de programação num ponto que eu considero ser chave, no início do ano anunciámos a programação para todo o ano, isto permite uma divulgação atempada das iniciativas, que as pessoas comprem os espetáculos, contratar bons artistas e fechar a agenda com eles, planear a ocupação, a logística, meios necessários ao longo do ano, a racionalidade e o planeamento e, permite dizer que temos uma agenda cultural, estão na internet à venda os bilhetes para os espetáculos, atempadamente, até permite à câmara arrecadar receita em janeiro de eventos que irão ocorrer em dezembro, mas não é por isso que mudámos, obviamente, penso que esta alteração é muito significativa e isto tem-se sentido, os públicos têm vindo a aumentar de ano para ano, no ano passado a

programação da Casa da Criatividade e dos Paços da Cultura atingiu cerca de 35 000 espectadores, mais cerca de 5 500 do que em 2018, foi bom ver inúmeras vezes a Casa da Criatividade esgotada e com plateias muito significativas. Outro fenómeno muito importante que eu gostaria aqui de destacar é o ciclo "Pensar Futuro", conferências temáticas que ocorrem aos sábados à tarde, quatro por ano, tem trazido a S. João da Madeira nomes importantes da cultura nacional como Sobrinho Simões, Carlos Fiolhais, Anselmo Borges, com a presença de muitos sanjoanenses nessas sessões, também o ciclo "Somos Nós", o Festival de novembro de jazz, alternativa às quintas, enfim, um conjunto de novos eventos culturais que foram criados e que se estão a consolidar no público sanjoanense, o novembro jazz tem sido extraordinário, conseguimos trazer o ano passado Shirley King, foi um concerto muito importante, para este ano as pessoas já conseguem saber como vai ser o ciclo do novembro jazz, quem são os artistas, já podem planear as suas vidas, quero agradecer a todos os que colaboram na elaboração da programação porque tem sido extremamente valiosa. Relativamente às questões colocadas pela CDU, acompanhamos a preocupação que manifestou quanto ao encerramento de empresas em S. João da Madeira e em concelhos vizinhos, nós estamos em diálogo com o Governo e com a APICCAPS a acompanhar a situação. Quanto à questão das pessoas que trabalham por turnos, não tenho conhecimento de que nos tenha chegado qualquer pedido sobre essa matéria, mas a questão é fácil, podemos ir às empresas que trabalham por turnos e fazer o levantamento sobre a residência dos trabalhadores. Relativamente ao TUS, estamos a estudar o lançamento de um novo concurso para rever a nossa oferta municipal de transportes, já fizemos um inquérito de mobilidade que vos foi distribuído, temos algumas petições de particulares que colocam problemas concretos, estamos a estudar esse levantamento que poderá passar por um relançamento total da operação, temos algumas situações para as quais estamos a tentar arranjar soluções, como por exemplo, às vezes o TUS vai a uma rua só para apanhar uma pessoa e os outros passageiros despendem de 20 ou 30 minutos só por isso, essa pessoa tem direito ao transporte, não é isso que está em causa, mas, se calhar, temos que pensar em soluções alternativas e que já existem em algumas cidades para termos alguma flexibilidade em assegurar o transporte público a esse tipo de situações. Neste estudo poderemos equacionar essas situações, por vezes a responsabilidade deve corresponder às empresas, sobretudo em grandes empresas que trabalham por turnos, deverá haver uma responsabilidade partilhada por forma a

facilitar a deslocação dos seus trabalhadores, algumas empresas têm essa situação acautelada, da nossa parte tem que ser equacionado em termos de despesa pública, eu sei pois já trabalhei com algumas, podemos discutir isso, mas é uma questão a equacionar e ponderar, ver a dimensão do caso e do problema, depois estruturar uma resposta, não estou a dizer que vai acontecer, é uma questão que tem de ser estudada em termos de racionalidade económica e de partilha de responsabilidades. Quanto ao estacionamento na zona industrial, fizemos uma intervenção na rua 1º de Maio, sinalizámos o estacionamento e o número de lugares disponíveis aumentou, demarcámos o estacionamento com pedras brancas em frente à empresa Bulhosa e na rua, que por si só, aumentou o número de lugares de estacionamento, na rua Oliveira Figueiredo decidimos encomendar um estudo de arquitetura e paisagismo, fazer o estacionamento em espinha e está a ser estudada outra solução, durante o dia o estacionamento do pavilhão das Travessas está vazio mas não se consegue passar para o lado de lá, estamos a pensar fazer uma passagem que permita às pessoas que têm de aceder aquelas fábricas próximas estacionarem no parque do pavilhão, é uma solução muito cómoda. Obviamente, não podemos garantir que todas as pessoas irão ter estacionamento, isso não existe em lado nenhum do mundo, nem há condições geográficas para isso, temos é que olhar para o território e tentar geri-lo de forma inteligente e parece-me que esta é uma boa solução. Quanto à questão do contrato de gestão da água, está praticamente pronto, brevemente iremos apresentá-lo aos partidos com assento nesta assembleia, é uma negociação entre o município e a empresa mas como a empresa tem um parceiro privado, temos que negociar cláusula a cláusula, linha a linha, está praticamente fechado, inclusivamente o novo tarifário, já fizemos várias simulações, ensaios e reuniões sobre o novo modelo para o enquadrar nas regras da ERSAR, está praticamente concluído, mas temos que ter o acordo do parceiro privado, é isso que dizem os estatutos da empresa. Muito brevemente isso virá a lume, o orçamento está em discussão no conselho de administração por causa destas vicissitudes, no dia 21, terei uma reunião com o conselho de administração onde tencionamos fechar o projeto de orçamento, se for possível, que será submetido a parecer e depois novamente aprovado. Quanto à TRH, até agora a empresa entregou sempre o valor à APA-Agência Portuguesa do Ambiente e depois era reembolsada pela câmara dessa verba, genericamente era assim que sucedia, não consigo dizer se houve alguns anos em que não tenha sido paga, mas eu creio que foi desde que era exigido, houve transferências de muitos milhares de euros da Câmara Municipal

para a empresa, a TRH não estava incutida aos consumidores ao contrário do que a lei impõe, julgo que a empresa sempre cumpriu senão teria tido muitos problemas, mas havia este mecanismo de compensação o qual não tem enquadramento legal. ----------

--- Não se registando mais intervenções, passou-se ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos ----------

---------- **PONTO 3** ----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **PONTO 3.1** ----------

APROVAÇÃO DAS ATAS Nºs: 08/2019 - SESSÃO ORDINÁRIA (1ª REUNIÃO EM 18.11.2019 COM 2ª REUNIÃO EM 02.12.2019); 09/2019 – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 03.12.2019 E, 01/2020 – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 20.01.2020 ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovadas por unanimidade dos presentes nas referidas sessões **----------**

---------- **PONTO 3.2** ----------

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE"; AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NO MONTANTE DE 600.000 EUROS" ----------

--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: **----------**

--- Como tem vindo a ser tradicional, a autarquia tem recorrido anualmente a um empréstimo de curto prazo para socorrer-se das necessidades de tesouraria, porque há uma despesa que é contínua e a arrecadação da receita não ocorre ao mesmo ritmo em que a despesa se verifica. Tradicionalmente tem-se recorrido a um empréstimo de curto prazo para assegurar as necessidades diárias de tesouraria, no ano passado foi de 600 mil euros, no outro ano, creio que também foi de 600 mil euros. No ano passado não necessitámos de utilizar o empréstimo, foi uma boa notícia, vamos ver se este ano é assim, temos aquele problema do IMT que todos sabem, contactámos a banca e este ano pela 1ª vez, segundo nos informaram, houve um empate entre 2 bancos, a proposta que trazemos aqui é a de contratar 300 mil euros à Caixa Geral de Depósitos e 300 mil euros ao Santander Totta, esta proposta parece ser a mais adequada e os bancos aceitam, este contrato por ser de curto prazo tem que estar amortizado até final do ano, obrigatoriamente, não necessita de visto do Tribunal de Contas por esta por esta razão, a taxa é muito vantajosa para a autarquia, 0, 14 de spread e é neste quadro que solicitamos autorização

para aprovar este empréstimo.----------

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Estamos de acordo com esta proposta que, pelas contas que temos, a câmara não está em situação de falência técnica, mas mesmo que estivesse, votaríamos a favor para um empréstimo de curto prazo para fins de tesouraria.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade ----------

---------- **PONTO 3.3** ----------

APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO ----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- O documento é extenso e detalhado, contém uma descrição muito minuciosa da atividade que ocorreu neste período, estou disponível para os esclarecimentos que entenderem necessários. --

--- **JORGE CORTEZ / CDU** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Começamos pela parte financeira em que se verifica que a câmara obteve uma taxa de execução de 87,8 % à data de 31 de dezembro, é assim que interpreto, a estatística tem destas coisas, esta taxa é considerada com base no orçamento corrigido e não do inicial, porque se fosse com base no orçamento inicial a taxa não era tão bonita, era de 73,9 %, a estatística tem defeitos terríveis quando diz só a parte mais simpática para quem analisa, é evidente que o podem fazer, mas também convém termos esta reflexão. Em relação à parte jurídica, isto é fruto dos tempos e não é exclusivo desta câmara esta panóplia de processos, a justiça é uma coisa muito complicada, processos que andam aqui há anos e anos, para trás e para a frente, nunca se decide nada, isto de facto é um "imbróglio" muito grande, felizmente não tenho uma profissão ligada à justiça mas a gente acaba por levar por tabela, não estou a fazer uma crítica aos juristas, mas o processo nº 1064/0 8, da página 3, dos processos judiciais em que o autor é "A Henriques, Lda." é o processo da rua de Goa? Isto ainda não está resolvido? Só por curiosidade e para me tornar ainda mais pessimista com estas coisas, pensava que tinha ficado resolvido no final do mandato anterior. No que diz respeito aos projetos, eu não vou desvalorizar as passadeiras inteligentes, acho que é um bocado forçado chamar-se assim, mas nós CDU, temos a opinião de que é

necessário, importante e útil, regular a velocidade na cidade aos 40 Km/hora e em alguns casos para 30, o Metro do Porto anda a 25 Km/hora, se os automóveis andarem a 40 ou 50 Km/hora andam muito bem, a cidade é pequena, não desvalorizo as passadeiras inteligentes, quanto mais coisas melhor, mas nós insistimos na necessidade de passadeiras elevadas, vemos isto noutras cidades que têm cuidado com a segurança dos peões, este é um princípio que nós defendemos. Outra coisa muito especial é a iluminação das passadeiras junto à Estação e na Avª Renato Araújo, de noite e em dias mais complicados ficam pouco iluminadas e os peões surgem-nos inesperadamente à frente do automóvel, mesmo que a gente vá a 30/40 Km/hora, corremos o risco de não os ver. Sobre o parque de estacionamento da Oliva, julguei que era parque da Oliva, mas puseram lá aquele inglesismo, senhor presidente ponha lá "Fábrica Criativa da Oliva" ou a língua portuguesa agora é secundarizada? Podiam ter posto apena OLIVA, é a minha opinião, até porque agora não há nenhum país de língua inglesa na União Europeia, a língua mais falada é o alemão, mude então para alemão. Sobre o projeto de requalificação da escola de Fundo de Vila, julguei que quando começou o ano iria arrancar logo, mas afinal só agora é que foi adjudicado, quanto tempo vão demorar as obras? Uma das coisas que me parece importante é a reconstrução da ponte junto à fonte do André que liga de S. João da Madeira (Devesa Velha) a S. Roque, há já alguns anos alertámos que era de duvidosa confiança em termos de segurança, temos algumas razões baseadas em opinião técnica sobre se obedece às regras que estão estabelecidas para as pontes, achamos que enquanto as obras não forem realizadas deveria ser feita uma vistoria para verificar se não há problemas. Há uma série de obras que nós apoiamos, pavimentos, arruamentos e passeios, mas nós circulamos pela cidade a pé, notamos muitos problemas nos passeios e ruas, vou enumerar alguns: ruas - Jaime Afreixo, Conde Dias Garcia e Camões; passeios/pavimentos - ruas Vale do Vouga, Jornal Regional, do Vale, Oliveira Figueiredo, Angola, Sá Carneiro, rua Oliva Creative Factory junto à casa do Moura, fizeram o passeio mas deixaram um intervalo de 50/100 metros, foi uma pena não terem concluído. Enumero algumas ruas para ver que há muito por fazer, todas as câmaras têm feito coisas, recordo-me que desde o tempo do Vieira Araújo e da Comissão Administrativa, todas fizeram e andaram para a frente, mau seria se assim não fosse, temos de andar para a frente, esta câmara também está a andar para a frente, em certa medida, não tanto como alguns de nós desejamos, mas está a andar no caminho que escolheu. Sobre a questão da reciclagem, posso fazer uma declaração de interesses, porque

eu enquanto vereador e sobre uma proposta minha, iniciei o 1º marco da reciclagem em S. João da Madeira, essa proposta tinha 2 objetivos: a reciclagem do vidro e a colocação dos primeiros vidrões, a outra era a reciclagem do papel, na altura não havia meios para reciclar plástico ou metal, o metal era entregue aos sucateiros. Acho muito bem que a câmara continue a reciclar, é uma coisa importante, não estou aqui para lhe dar elogios mas estou a dizer a verdade, aumentou uma coisa que nós tínhamos reclamando há muito tempo, os ecopontos para recolha dos resíduos recicláveis, isso é importante, quando se diz que na Europa tem menos ecopontos mas tem hábitos maiores e as pessoas deslocam-se. Também foram colocados 2 ecopontos muito perto da minha casa e é mais cómodo reciclar, mas antes disso, os meus vizinhos brincavam comigo e diziam-me, vai levar os resíduos tão longe! Agora já não podem dizer isso, é importante sobretudo numa terra como a nossa, refletirmos e queremos estar à frente dos outros, temos uma concentração muito maior e é mais fácil, como também na água, o seu custo é menor comparativamente à Feira por esta razão. Colocaram na Cooperativa de Habitação aqueles recipientes que estão a ocupar espaço de estacionamento do topo norte, há muita gente que não tem onde estacionar o carro, se tivessem falado com a direção, seriam alertados para isso, o estacionamento no topo sul está bem, mas a norte não, muita gente não tem lugar, por exemplo, a minha casa não tem garagem e ao fim de semana muitos familiares regressam a casa e os carros duplicam, se fosse possível colocar os ecopontos do outro lado, seria bom. ----------

--- **GONÇALO FERNANDES / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: ----

--- A informação do presidente é sempre um documento importante, releva tudo aquilo que é a atividade da Câmara Municipal, mas queria colocar uma questão muito direta, leu o documento todo e corrigiu-o? Ainda bem que sim, como sabe, o PSD pautou sempre a sua gestão por boas contas e, sobretudo por contas certas, deve-se lembrar da sessão de novembro de 2019 em que travámos uma discussão sobre as contas do passado, na altura fez declarações que eu repudiei porque insinuou sobre condutas do passado, ultrapassou até o limite do respeito no debate político, ao fazer insinuações pessoais, comprovei com factos e resultados de política que havia por parte da câmara, lentidão e incapacidade em executar as obras, eu estava preocupado na altura com o cumprimento da taxa de execução obrigatória por lei que é de 85%, na altura e a 2 meses do final do ano, estava nos 50,09 %, hoje estamos a analisar este documento da situação financeira da câmara a 31 de dezembro de 2019, lembro-me que à data, o senhor presidente

disse que eu era novo para sofrer por antecipação, que estava a pôr a carroça à frente dos bois, se calhar até tinha razão naquilo que estava a dizer, porque temos o documento com a situação financeira, o orçamento inicial, o valor do orçamento inicial corrigido e com a receita cobrada. Em 1º lugar, o valor da receita cobrada está errado porque falta um número e, como me disse que leu e corrigiu o documento, como nós pautamos sempre a nossa gestão por contas certas, fizemos um exercício que foi aproximar/acertar o valor para os milhares mais próximos, portanto, temos o valor nos 8.018 milhões, 530 de receita cobrada. Senhor presidente, disse que ainda não estávamos em Pavia e já havia quem quisesse estar em Roma, digo-lhe uma coisa, tanto em Roma, como em Pavia, como em S. João da Madeira, o valor da receita cobrada, ou melhor, a taxa de execução que sai da receita cobrada do orçamento corrigido não é esta que aqui está, não dá 87,8 %, quero acreditar que isto é um lapso, deixo à análise do senhor presidente e vou esperar a sua resposta para depois, se assim entender, vir aqui fazer uma 2ª intervenção.-------

--- **LEONARDO MARTINS / PS** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Constantemente, o PSD está muito preocupado com a taxa de execução deste executivo, o balanço do mandato vamos fazê-lo no fim, os sanjoanenses vão fazê-lo nas urnas e, certamente, não estarão preocupados com aquilo que deixamos por fazer, mas sim, com aquilo que estamos a estudar e a preparar, estamos a fazer projetos e a executá-los e é isso que verdadeiramente nos preocupa, de qualquer forma, senhor presidente neste ponto de apreciação da sua informação que é vasta, tem cerca de 24 páginas, de facto, isso também significa as atividades que esta câmara tem feito, mas permita-me voltar ao mês de dezembro para destacar as atividades que a câmara fez na época de Natal, para dar exemplos claros daquilo que nós queremos para a nossa cidade, com a inovação de uma pista de gelo circular na Praça que é um ponto sensível da nossa cidade, trouxemos mais pessoas ao comércio local, uma medida muito simples e inovadora e por isso está de parabéns, certamente que isso teve impactos positivos naquilo que é, não só a imagem da nossa cidade para fora, mas também para a economia local, o nosso centro da cidade bem precisa da ajuda de todos os sanjoanenses, por fim, quero também aproveitar para destacar mais uma edição do Carnaval das nossas escolas que saiu à rua no sábado, é um evento histórico na nossa cidade e que traz milhares de pessoas às ruas, é um dia feliz, sente-se isso nas ruas, queremos destacar também o facto de ser um evento que, ao longo dos anos, teve muitas versões, neste momento, tem um percurso renovado que termina na Praça Luís Ribeiro, é muito

bom ver a nossa Praça com gente, animação e convívio de famílias, estamos certos que o plano que está projetado para a Praça irá permitir que este ambiente que se vive no Carnaval se possa viver noutro tipo de eventos, pois o projeto vai permitir isso. ----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) - No uso da palavra, disse:----------

--- A CDU também abordou a questão da taxa de execução, portanto, começo por esclarecer essa matéria. Em 1º lugar, queria dizer que este ponto é composto por 3 documentos da autoria do presidente da câmara e está assinado por mim, contribuí para a sua elaboração e redigi algumas partes, é um documento financeiro da autoria da chefe de divisão de Finanças e Património, cujo conteúdo eu não tive intervenção, é uma análise meramente financeira, eu li-o mas não tive intervenção, legalmente tem que ser elaborado pela chefe de divisão e a informação jurídica é assinada pela chefe da divisão Jurídica. Quero dizer que o apuramento da taxa de execução do município é uma operação meramente contabilística/financeira, na qual o presidente não tem intervenção e que o critério seguido pela divisão financeira nestes mandatos é exatamente o mesmo que foi seguido nos outros mandatos, não houve aqui nenhuma modificação, é um critério legal, não houve qualquer intervenção ou decisão política no sentido de que a taxa seja esta ou aquela, eu sei da taxa exata quando a chefe da divisão financeira me transmite, de facto, é exatamente assim e quem quiser acreditar em mim que acredite, já sei que o senhor não acredita, é livre, eu não posso fazer mais nada, é o que é, posso trazer aqui a chefe de divisão financeira se quiser, evidentemente que 18 não é 87 de 22, mas há uma explicação, tem a ver com a incorporação do saldo de gerência, eu agora não consigo explicar com detalhe o mecanismo legal e financeiro de ser assim, mas terei oportunidade de clarificar esse ponto, eu confio em absoluto nesta chefe de divisão que já estava em funções quando nós tomámos posse, é uma profissional muito idónea e competente, se houver aqui um lapso será corrigido, sem qualquer estado de alma ou qualquer paixão, o que tenho a transmitir e informar é que a taxa de execução é calculada de acordo com os mesmos critérios que eram aplicados no passado, não houve nenhuma pressão, intervenção ou decisão politica para a taxa ser A ou B, se quiserem rever a taxa de acordo com outro critério relativamente aos anos do mandato deste executivo, então vamos rever todas para trás, de acordo com esse mesmo critério, vamos ver que taxas é que temos tido, é tão simples quanto isto, a operação que foi feita é legal e aceite pelas entidades de estatística, portanto, eu

nem sequer percebo a questão e queria dizer outra coisa, eu nunca faltei ao respeito pessoal a ninguém, repudio completamente essa acusação. Quanto à questão jurídica, eu concordo plenamente com o que disse e o nosso município, infelizmente, foi vítima disso mesmo, nós encerrámos recentemente 2 processos judiciais, um deles esteve pendente 15 anos no tribunal, pagámos no final do ano passado e neste ano, indeminizações a trabalhadores da câmara, foi um esforço financeiro e uma despesa extraordinária que tivemos de cerca de 357 mil euros para cumprir 2 decisões judiciais contraditórias, vejam as aplicações alternativas que poderia ter esse dinheiro, relativamente a um dos processos, eu já dei instruções à divisão jurídica para estudar a possibilidade de intentar um processo contra o Estado pelo atraso na justiça e sermos indemnizados pelas consequências indemnizatórios que decorreram do próprio atraso, está a ser estudado e, se houver fundamento, iremos avançar com essa ação. Temos aqui muitos processos que estão pendentes há muitos anos, relativamente à questão concreta que me colocou, esse processo é um dos que está pendente desde 2008, já foi ao Tribunal da Relação e desceu, em 2018 veio uma sentença a condenar a câmara a pagar uma determinada indemnização à entidade autora desse processo, eu analisei o processo, discordei da decisão e dei instruções para ser feito um recurso, no final do mês passado o Tribunal Central Administrativo revogou a sentença que condenou a câmara e absolveu-a, isso consta da informação e, neste momento, está a correr o prazo para a empresa poder recorrer da decisão para o Supremo Tribunal Administrativo, esse processo ainda não está finalizado, mas a última decisão que o processo teve foi há alguns dias atrás, foi de absolvição da Câmara Municipal dos pedidos que foram feitos, sendo certo que terá de ser um recurso excecional, mas aguardamos o decurso desse prazo. Quanto às passadeiras inteligentes, nós não lhe demos o nome, é o nome do mercado, temos 2 instaladas, há um sensor no lancil do passeio que deteta quando a pessoa atravessa e as luzes acendem, é nesse mecanismo que reside a suposta inteligência das passadeiras e alguém decidiu dar o nome de passadeira inteligente. Quanto à iluminação das passadeiras, já se falou aqui da Avª Renato Araújo, não está esquecida, estamos a estudar o reforço da iluminação mas não queremos cortar árvores, porque certas árvores se forem podadas morrem, estamos a estudar uma solução mista e colocámos naquele local uma passadeira inteligente porque era onde havia mais atropelamentos. Quanto à Oliva Creative Factory, nós respeitamos o nome que a instituição já tinha e está consolidado no mercado das incubadoras. Relativamente à Academia dos Campeões,

decidimos mudar o nome porque não era um nome consolidado e não batia certo com a estrutura, não se podia chamar àquele equipamento uma Academia, um nome serve para identificar uma coisa, o que ali estava não era uma Academia, portanto, nós tentámos que a cara batesse com a careta, já a Oliva Creative Factory, é um nome que está bem consolidado no mercado das incubadoras, que projeta a nossa cidade e é facilmente reconhecido, eu acho que não deve ser mudado e, sendo esse o nome da instituição, foi feita assim a intervenção. Sobre a requalificação da escola de Fundo de Vila, já foi adjudicada e está no Tribunal de Contas, a obra poderá arrancar logo que tenha o visto, não consigo dizer agora com exatidão qual é o prazo de duração da obra, mas vai tratar-se de uma intervenção profunda, já apresentámos o projeto à comunidade educativa-escolar, é uma reformulação funcional dos espaços da escola e de reabilitação, não é uma intervenção simples de cosmética, foi feito o estudo das patologias do edifício, teste aos materiais, houve alguma dificuldade em encontrar os projetos originais da construção escola mas à medida que se foi estudando foi-se tornando a intervenção mais ambiciosa, depois combinámos a intervenção da reabilitação e o projeto de arquitetura com um gabinete de design de interiores que desenhou os interiores do espaço para que a escola tivesse uma mensagem de comunicação com os alunos diferente, houve uma combinação entre a equipa do projeto, do nosso lado foi a Arqtª Luísa Coutinho que fez um excelente trabalho e uma empresa de design de interiores que está sediada no Oliva Creative Factory que desenhou o interior da escola, é um projeto muito interessante, em breve iremos mostrá-lo à comunidade em geral, foi isto que fez com que demorasse mais tempo, a intervenção foi sendo desenhada, hoje estive com as crianças da escola de Fundo de Vila que estão na antiga escola João da Silva Correia, estão bem, almocei na cantina, este espaço tem condições que nós e o agrupamento considerámos adequadas, eu almoço periodicamente nas cantinas das escolas básicas, a ementa era bacalhau à Gomes de Sá, estava muito bom, quero saudar as cozinheiras que fazem um trabalho excelente junto das crianças, foi a 2ª vez que fui visitar aquela escola para tomar consciência das condições. Fizemos uma intervenção prévia naquele edifício para acolher as crianças, a senhora vereadora da educação e o vice-presidente coordenaram essa intervenção, sabíamos que as crianças tinham que sair por um período alargado da escola que vai ser intervencionada, nesse sentido, planeámos e fizemos algumas obras no edifício para que as crianças fossem lá acolhidas, colocámos equipamentos adicionais para o conforto das crianças, penso que essa situação está acautelada, uma obra

demora sempre o seu tempo, fazer o projeto, contratar um empréstimo, lançar a empreitada, receber propostas e o visto do Tribunal de Contas, demorou todo este tempo. Quanto à ponte dos Moinhos, já assinámos o acordo de parceria com a Câmara de Oliveira de Azeméis para que a obra seja lançada, temos dotação orçamental para isso e a liderança da empreitada é da Câmara de Oliveira de Azeméis, já fizemos uma parceria semelhante com a Câmara da Feira para reabilitar a rua da Arrifana pois metade da rua pertence à Feira, propusemos à Câmara da Feira sermos nós a liderar a empreitada e a Câmara da Feira já pagou o seu correspondente, neste caso será a Câmara de Oliveira de Azeméis a lançar a empreitada com o nosso conhecimento e acompanhamento, estão agora a ser tratados os trâmites necessários para lançar a empreitada, a monitorização está a ser feita pelos engenheiros que estão a fazer o projeto e não temos notícia de que haja qualquer perigo iminente que ponha em causa a utilização da ponte, obviamente, iremos continuar a vigiar, mas a preocupação que manifestou da necessidade de reabilitação da ponte foi sentida por nós e falámos com a Câmara de Oliveira de Azeméis, foi uma vontade mútua fazer a intervenção. Quanto aos passeios, é claro que são inúmeras as necessidades que a cidade tem, a Avª do Vale já tem projeto e financiamento comunitário assegurado, a intervenção implica fazer todos aqueles passeios que faltam na rua que margina o topo da mesma, na rua Manuel Vieira Araújo junto ao parque de estacionamento, a rua que liga a zona industrial das travessas que contigua com o parque também vai ter passeio e uma estrutura de suporte para construir o passeio, também temos uma candidatura que elaborámos para algumas ruas da cidade ao "Programa Acesso +", sobretudo para melhorar os passeios em algumas zonas da cidade, é uma candidatura de 200 mil euros e estamos também à espera do desfecho dessa candidatura para continuar a intervir na reabilitação de passeios, temos outras zonas sinalizadas e prestes a fazer projetos de intervenção. Quanto à questão do Carnaval, queria agradecer a mobilização das escolas que foram fantásticas, dos encarregados de educação, professores, auxiliares e todo o pessoal que contribuiu para um dia de grande celebração e festa, quero agradecer todo o empenho e desejar que para o ano este empreendimento se repita com tanta alegria como aconteceu este ano. Sobre a questão ambiental que mencionou, nós não ignoramos o papel histórico que a CDU teve na política ambiental da cidade, o senhor ainda hoje é recordado no papel que teve nessa matéria e muito justamente, aquilo que devemos fazer é respeitar sempre o passado, louvar as boas iniciativas, é o que temos feito de modo sistemático e continuar com

as boas práticas, já mencionei alguns dados, mas eu queria partilhar com a assembleia outros dados, acho que é meu dever, por exemplo, no Carnaval das escolas e pelo 2º ano consecutivo, eliminámos a distribuição de garrafas de plástico, da última vez que se distribuíram garrafas de plástico de utilização única foram 1600, vejam só em 2 anos o número de garrafas de utilização única que reduzimos, na Cidade no Jardim, o ano passado também foi um evento ecológico e nós reduzimos 2488 garrafas, 3888 latas, 60000 copos, 22000 toalhas de papel, mais copos de café, colheres e palhinhas, foi esta a redução da pegada ecológica. Impressionante também foi no Andebolmania, nós hesitámos muito porque os jogadores estavam habituados a ter a sua garrafa de água, mas decidimos arriscar e optar por modelos alternativos de fornecimento de água, foram suprimidas 1200 garrafas, 3000 palhinhas, 2000 copos de 12 cl e 5000 de 30 cl. Uma das coisas que o público e os participantes mencionaram foi que o recinto estava mais limpo, pois era habitual ver garrafas de plástico espalhadas, até a imagem do evento saiu valorizada, vamos continuar com esta senda de medidas que implicam estudo e trabalho pelos serviços, mudança de comportamento, muita disciplina e rigor para as impor, nós temos que prosseguir com este objetivo, como todos sabem, vivemos em situação de emergência climática, claro que não seremos nós a mudar os indicadores climáticos à escala global, mas cada um tem que dar o seu contributo e fazer a sua parte, individualmente, nas famílias e nas comunidades políticas organizadas como é o nosso caso, uma autarquia local tem um dever acrescido e tem que dar o exemplo aos cidadãos, esse é o papel dos políticos e é o que nós estamos a tentar fazer com estas medidas, por exemplo, com a supressão da compra de papel branco para impressão na Câmara Municipal que está em vigor desde o início do ano passado, às vezes ainda saem ofícios em papel branco porque estamos a esgotar o stock que existia, mas nós temos que dar o exemplo, vamos continuar com estas políticas ambientais na nossa cidade para reduzirmos o nosso passivo ambiental. ----------

--- JORGE CORTEZ / CDU - Eu não percebi quando o senhor presidente põe em questão os critérios nesta parte financeira, quando falei disse que podíamos ter 2 critérios, mas falta uma casa decimal em cima, em baixo repete-se e o valor está certo, não percebi como é que justificou estes 87,8 milhões em vez de 83 ,7 milhões, é uma dúvida que eu tenho, não reparei que o colega chamou a atenção para isto, penso que foi um lapso com a receita, perguntei o porquê dos 87,8 em vez de 83,7, não me ocorre nenhuma razão para duvidar da informação. Questiono também

se nas passadeiras inteligentes além do pisca-pisca não é possível acender uma luz à noite nos locais mais escuros, esse mecanismo existe, a empresa faz isso? Se fizesse poderia ser útil fazer incidir a luz sobre os peões e só acender quando há peão, de dia não é necessário. Outra questão, a ciclovia na rua do Vale, vai ser nos 2 lados da AVª ou só do lado do rio? ----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- A ciclovia é no separador central, a Avª vai ter passeio nos 2 lados. A passadeira inteligente é a combinação entre os sensores e os sinais verticais que estão no chão, são 4 sensores, 2 de cada lado e o sinal vertical da passadeira que tem 2 luzes, ainda estamos a estudar a situação, para já na Avª Renato Araújo mas não excluímos outros sítios, independentemente deste sistema, estamos a estudar a colocação de uma fonte de iluminação adicional permanente que acenda de noite por razões de segurança, há passadeiras que têm outras configurações e que no seu rebordo estão a piscar continuamente, estas só piscam quando o sensor identifica o peão e são mais eco-eficientes, há muitos modelos mas nós optámos por este. ----------

--- **GONÇALO FERNANDES / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: ----

--- Senhor presidente, admito que estou a ficar um pouco desapontado consigo, comecei esta sessão a elogiar e admirar a sua coragem por uma decisão que tomou, estamos aqui a discutir o ponto "Apreciação da informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal" e não a apreciação escrita da informação do senhor presidente da divisão jurídica e da divisão financeira, não estava à espera que viesse aqui dizer "eu não tenho responsabilidade nenhuma", o senhor pode não ter influência mas tem responsabilidade, acho que fica sempre bem defender, ainda que se trate de um lapso, mas é o responsável, a figura maior da Câmara Municipal e, portanto, acho que ficava bem ter vindo aqui admitir a responsabilidade por esse lapso, até porque admitiu aqui que leu e corrigiu o documento, isto deixou de ser uma questão de números quando o senhor presidente em novembro de 2019 insinuou a que o PSD "matriquilhava" as contas, eu vou ler o que disse e cito "está aqui a falar de coisas que eu nem pensava ser possível, alguém manipular as taxas de execução, vejo que tem uma formação muito interessante nessa matéria" isto foi o que o senhor me disse, portanto, se não considera isto faltar ao respeito, eu considero e lamento, agora, quanto àquilo que disse sobre o saldo de gerência, eu tenho dúvidas, já é conhecido o saldo de gerência de 2019? ----------

--- **PAULO BARREIRA / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Senhor presidente, sobre o posto de carregamento de veículos elétricos junto à Casa da Criatividade ele está inserido na rede nacional de mobilidade elétrica que se assume como entidade gestora do posto, do estacionamento indevido por veículos a combustão ou que não estejam em carga? A fiscalização realizada pela PSP estabelece que o estacionamento nas áreas de carregamento de veículos elétricos devem estar devidamente identificadas, e estão, pintadas em sinalização vertical e, só é permitido, a veículos em abastecimento. Mas também a lei reforça que o carregamento tem um período de tempo limitado, com o objetivo de estimular as comunidades pelo carregamento, aqui também a lei refere que cabe à entidade gestora estabelecer os limites de tempo, parece que não está estabelecido, não está sinalizado, julgo que devia estar, para o bom funcionamento do mesmo e para contribuir para um melhor esclarecimento de quem fiscaliza e até para os utilizadores, eu falo nisto porque aconteceu ficar um veículo em abastecimento uma tarde inteira, o condutor de outro veiculo que queria abastecer irritou-se e ouve sarilhos, não foi nada bonito. Acho que o executivo devia tentar esclarecer isto junto da entidade responsável para se colocar sinalética com o tempo limite de abastecimento. -

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- Eu queria esclarecer que, o saldo de gerência que é levado em conta para efeitos do apuramento da taxa de execução de 2019 é o de 2018 que integrou as contas de 2019, não tive intervenção técnica na elaboração do documento, mas a responsabilidade é minha e eu nunca enjeitei responsabilidades, a intervenção técnico/contabilística não é minha nem é de qualquer outro presidente de câmara, eu assino as contas, sou responsável pelas contas e pelos resumos diários de tesouraria conjuntamente com a chefe da divisão financeira, tenho responsabilidade por tudo, todos compreendem como é que as coisas funcionam e, 1º esclarecimento - o saldo de gerência que aqui releva é o de 2018 que integrou depois as contas de 2019 e foi sujeito a deliberação desta assembleia em abril de 2019, no valor de 980 mil euros. Relativamente ao posto de carregamento de veículos elétricos, tem toda a razão, aquele equipamento tem uma sinalização horizontal que foi pintada esta semana, diz estacionamento em carga, a sinalização tem que respeitar o Código da Estrada, não sei se há algum sinal do Código da Estrada com esse limite temporal, vamos averiguar e se isso for possível vamos meter, como sabe, a sinalética tem

de obedecer ao Código da Estrada para ser eficaz juridicamente, apelo a todas as pessoas civismo, que carreguem e retirem imediatamente o carro, é essa a regra que está na lei e é assim que tem que funcionar, quem estiver lá sem estar em carga é autuado, agora não consigo dizer se o aparelho tem um visor que avisa o agente, mas após o carregamento, a pessoa já está ilicitamente ali estacionada e tem que ser autuada, é a única solução que existe. Devo dizer que foi muito difícil conseguir aquele posto de carregamento, quase todos os dias um funcionário da câmara fazia diligências junto da empresa para que instalasse o posto de carregamento, foi muito difícil, mas já lá está, nós estamos a estudar a colocação de um outro, o que estimamos e desejamos é que isto não seja agora uma fonte de conflitos entre os cidadãos. ----------

DELIBERAÇÃO: APRECIADA E DISCUTIDA. ----------

---------- **PONTO Nº 3.4** ----------

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA E A HABITAR S. JOÃO, E. M. – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- Como sabem, aprovámos o ano passado um contrato-programa entre o município e a "Habitar S. João, E. M. – Empresa Municipal de Habitação", o qual previa a possibilidade da sua alteração, verificámos que houve um ritmo muito elevado de reabilitações em apartamentos, temos uma política de reabilitar já, sempre que vaga um apartamento temos que ter a capacidade de o reabilitar imediatamente, reabilitámos o ano passado 36 apartamentos, o que implicou um grande esforço financeiro da empresa e nessa medida, foi necessário um reforço substancial da tesouraria da empresa, fizemos isso através deste aditamento que prevê a eliminação de uma transferência da Habitar para a Câmara Municipal, no sentido de permitir que sejam retidos meios financeiros na empresa para existir capacidade de execução dessas empreitadas, como sabem, a câmara paga empréstimos que contraiu para construir habitação social e a empresa faz transferências para a câmara do montante desse empréstimo, a solução que se encontrou foi suprimir uma parte dessas transferências, de cerca de 80 mil euros, para que a Habitar tivesse meios financeiros para fazer face às despesas de reabilitação dos apartamentos, das pequenas intervenções/reparações e também a despesas que foram feitas de intervenções em partes comuns na situação de

condómina, como sabem, há edifícios que são propriedade da empresa como é o caso do bairro do Orreiro e outros que não são 100% propriedade da empresa, por vezes, é necessário fazer intervenções em partes comuns e a Habitar acompanha o esforço financeiro dos outros condóminos e, portanto, todas estas necessidades financeiras redundaram na necessidade desse reforço de investimento, é um bom investimento, muito urgente, útil e prioritário e que queríamos consubstanciar através deste aditamento que foi aprovado na câmara, por unanimidade, pelos 2 partidos do executivo. ----------

--- **LEONARDO MARTINS / PS** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Quero aproveitar este ponto, tal como o senhor presidente o fez, para mais do que analisar propriamente esta proposta em si, aproveitar também para fazer um balanço destes 2 anos de mandato para esta temática, o trabalho que tem sido feito pelo executivo do Partido Socialista nos bairros de habitação social e, de facto, o Partido Socialista trouxe um novo olhar que estabeleceu sobre as políticas e os bairros sociais que, demasiadas e consecutivas vezes, foram ignorados pelo poder autárquico na década anterior, desde logo, a requalificação das habitações, 36 no ano passado, como o senhor presidente referiu, estavam degradadas e desocupadas, foram requalificadas e ocupadas por famílias que necessitam de habitação municipal, mas também a candidatura que está a ser preparada ao "Programa 1º Direito", a aquisição que está a ser também preparada dos edifícios da PSP. Mas quero dar mais alguns exemplos, não propriamente ligados à questão da habitação municipal, mas, para a forma como o poder autárquico municipal olha para os nossos bairros. No Orreiro, está em curso uma profunda requalificação da habitação social que vai chegar a todos os blocos, uma empreitada orçada em quase 3 milhões de euros, conta com financiamento comunitário, pelo valor, percebemos logo que não são meras obras de fachada, mas que vão mesmo melhorar a vida das pessoas que habitam nestes quase 300 fogos, já viveram demasiado tempo em condições degradantes, em Fundo de Vila e na rua do Poder Local a valorização do espaço público também é notória, a requalificação do pavilhão desportivo, a criação de um novo espaço lúdico e de atividade física na rua Manuel da Luís da Costa, a empreitada de remodelação da Escola Básica, a construção da pista de crosse Alberto Batista e a instalação do mural artístico do capitão Salgueiro Maia e do chaimite que evoca o 25 de abril, isto apenas para dar alguns exemplos. No Parrinho, nasceu um novo espaço de lazer com tapete sintético, aparelhos para o exercício físico e novo mobiliário urbano que muito valorizam a zona

da ex-Fundação Salazar, onde também foi recuperado o jogo de água do elemento cidadania depois de muitos anos de inatividade, na rua José Régio foi construído o novo espaço lúdico também com o recinto em piso sintético para a prática de atividades desportivas ao ar livre, o que atribuiu renovada alegria, dignidade e atratividade a este local da nossa cidade. Estes são alguns exemplos possíveis, poderia dar muitos mais, acrescento, o novo mural de arte urbana na Devesa Velha onde também têm decorrido outras atividades de cariz cultural, ou, por exemplo, uma atividade como o dia municipal do bombeiro que decorreu em pleno no Bairro do Orreiro, estamos perante uma autêntica revolução nos bairros sociais e no modo como se olha para a cidade como um todo, como se organiza e valoriza o espaço público nestes locais, como se dignificou as condições de vida de quem vive em habitação municipal, como se promove a coesão e a integração social não só através da ação social, mas também através da cultura e do desporto. Justiça seja feita por isso a este executivo municipal, ao presidente Jorge Serqueira e à vereadora Paula Gaio que também é presidente do conselho de administração da empresa municipal Habituar, que tiveram a sensibilidade e a ousadia de ir muito além das necessárias e prementes obras de requalificação das habitações municipais, é caso para dizer, quem viu e quem vê estes bairros sanjoanenses, é assim que se constrói uma cidade mais coesa e equilibrada, mais estável e mais orgulhosa de si mesma, que se desenvolve como um todo e onde nenhum sanjoanense, local ou bairro fica para trás. ----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- Eu cometi um lapso, fiz um desvio no tempo, isto é fruto de algum cansaço, foi de reportar ao aditamento do contrato-programa de 2020, não consigo explicar como é que fiz esta viagem no tempo, peço desculpa, inexplicavelmente, o que estamos aqui a ver é o 2º contrato-programa para 2020 a que obedece o mesmo espírito do 1º, prevê também a transferência líquida de 60 mil euros para a empresa Habitar, neste momento, já temos 11 frações prestes a serem reabilitadas, é o contrato-programa para 2020 que estamos aqui a votar e discutir e não o aditamento, quero pedir desculpa, porque, de facto, este documento foi aprovado por maioria, com uma abstenção, foi um lapso.----------

--- **PAULO BARREIRA / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Esta minha intervenção é para reforçar aquilo que anteriormente foi dito neste púlpito pelo

senhor deputado Leonardo Martins, até para valorizar a ação dos anteriores executivos, ele referiu na sua intervenção várias empreitadas realizadas com financiamentos mas conseguidos pelo anterior executivo, ele toma como sendo deste executivo, mas o que é deste executivo é deste executivo e o que é do anterior executivo é do anterior executivo, embora todos os sanjoanenses beneficiem, mas é bom reforçar e valorizar também quem fez, porque o senhor disse que foi o PS que tudo fez, mas pelos vistos não foi, portanto, eu só quero chamar a atenção e alertar a bancada do Partido Socialista que nem tudo estava ao abandono e que o PSD também olhou com visão de futuro e agora este executivo vai suprimindo as necessidades que a sociedade exige.---

--- SUSANA LAMAS / COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP - No uso da palavra, disse: ----------

--- Vamos então centrarmo-nos na discussão do ponto que é o contrato-programa de 2020 da Habitar, uma empresa que tem como objeto e missão a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros sociais e de outros fogos dessa empresa. Quando olhamos para este contrato-programa não vemos qualquer evolução relativamente ao anterior, demos o benefício da dúvida, porque achávamos que seriam possíveis melhorias e que essas melhorias iriam aparecer, mas não apareceram, por exemplo, não temos aqui uma lista de quais as obras que vão ser elaboradas, não vemos um cronograma de investimento como vemos noutros contratos-programa de outras cidades, podemos fazer comparação, por exemplo, com Lisboa, se também olharmos em particular para artigos do próprio contrato-programa, designadamente, do artigo 10º ao 13º que fazem a indicação do conjunto de indicadores referenciais que servem para medir a eficácia e a eficiência, vemos que o relatório do desempenho terá que ser entregue até 31 de março e depois é que será elaborado um parecer da câmara, portanto, nós iremos aprovar um documento sem saber quais são os resultados, mas como é que nós podemos fazer esta avaliação, como é que vamos avaliar, quais são as consequências de termos estes referenciais? Os indicadores têm que ter um objetivo, dar dados que nos permitam fazer melhorias, ora, se nós os vamos ter só a 31 de março, depois da aprovação deste documento, depois não conseguimos avaliar se de facto os procedimentos que foram anteriormente tomados estão ou não corretos, por outro lado, também olhámos para os indicadores operacionais, financeiros e sociais, todos com o mesmo nível de exigência e, aí há uma questão que gostaríamos de colocar, os indicadores sociais não deveriam ter um nível de prioridade diferente, porque temos de assegurar que os recursos, que são escassos, têm uma boa aplicação, não devemos olhar para a Habitar como olhávamos no século

passado, com uma visão demasiado redutora só como gestão do património, nós temos que olhar muito para além disso, são precisos novos desafios, isto exige respostas muito mais complexas e é necessário mudar o paradigma daquilo que é a gestão da Habitar que não se pode resumir, do nosso ponto de vista, a uma gestão de condomínios, pois assim não se poderá conseguir, de facto, melhorar a qualidade de vida destas pessoas, esta lógica de gestão do património não serve os propósitos de uma empresa de cariz social como é a Habitar e, portanto, nós iremos abster-nos. ----------

--- **JORGE CORTEZ /CDU** - No uso da palavra, disse: ----------

--- Queria questionar o senhor presidente sobre o artigo 8º que fala na alienação do património "a Habitar promoverá a venda de património imobiliário municipal a definir pela Câmara Municipal, mediante as condições estabelecidas por esta", isto quer dizer que a empresa pode vender fogos mediante proposta da câmara? Outra questão, no artigo 6º fala na construção de fogos de habitação social e tem aqui uma verba para a construção, eu gostava de saber quantos, no artigo 6º diz "A Habitar entregará os montantes necessários ao pagamento das prestações dos empréstimos contraídos pelo município e destinados a financiar a construção de fogos de habitação social, mediante a guia de receitas a emitir", gostava de saber que fogos vão ser construídos? ----------

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra, disse: ----------

-- Senhor presidente, fiquei confuso no final da intervenção da deputada Susana Lamas, até parece que a intervenção foi propositada para gerar esta confusão, se calhar a Habitar e a Câmara Municipal estão aquém daquilo que é a sua missão, estão a falhar, não estão a cumprir, não estão a fazer, pelo menos foi isso que pareceu e, portanto, nós queremos aqui voltar a dizer aquilo que tem sido feito por esta Câmara Municipal nos 2 últimos anos na reabilitação das habitações municipais do Orreiro, já o disse aqui na minha intervenção sobre a aprovação do orçamento para 2020, mas volto a dizê-lo, visitámos na campanha eleitoral e fizemo-lo constantemente ao longo dos anos, várias habitações municipais onde as pessoas viviam com os tetos pretos de humidade, falou de muitos indicadores, percebo que são questões técnicas, mas vou dizer-lhe um indicador importante, é a vida das pessoas que está a ser melhorada com ações práticas, é este o principal indicador que interessa à política do Partido Socialista.----------

--- **Jorge Cortez / CDU** – No uso da palavra, disse: ----------

--- Quero dizer que à boleia desta bola de ping-pong entre o PSD e o PS, de facto, lembro-me que a habitação social em S. João dura já há muitos anos, ainda antes do 25 de abril já havia habitação social nos bairro do Espadanal e Salazar, depois lembro-me das primeiras casas que foram construídas como bairros sociais, não eram bem bairros sociais, da Caixa de Previdência, era com contrato de arrendamento e as rendas eram iguais para todos, lembro-me do pós 25 de abril com o início da 1ª Câmara Municipal e depois com o Sr. José Pinho e com o Sr. Cambra que construíram muitas e muitas habitações, não havia nada e apareceram muitas habitações, depois como o Dr. Castro Almeida melhorou muito a habitação social, eu chego à conclusão que mesmo sem câmara isto andava, não estou a defender a anarquia, mas de facto, isto tem sempre andado para a frente, mesmo com a variação dos vários partidos e até mesmo no tempo da outra senhora, de facto, construiu-se sempre muito em S. João da Madeira, eu tenho a certeza e convicção, nunca fiz contas a isso, mas o nosso município deve ser o que tem mais habitações sociais por habitante e por quilómetro quadrado, portanto não se justifica este pingue-pongue entre PS e PSD, começa a ser irritante, façam um pacto de não agressão, estão aqui coisas minúsculas e, continuando, fiz 2 perguntas porque tinha dúvidas, de um modo geral, eu estou de acordo com o plano que está genericamente no bom sentido, mas falta-lhe alguma especificação, isto pode-se melhorar, o que me choca é só um aspeto, sou radicalmente contra, fomos sempre contra a venda de fogos sociais, sempre criticámos a câmara anterior e, portanto, isto impede-nos de votar a favor, está no contrato-programa essa possibilidade, na nossa opinião cortava-se e não havia possibilidades, porque nós entendemos que nenhuma situação justifica que uma casa de habitação social seja vendida, criticámos o Dr. Castro Almeida e éramos criticados por fazer esta crítica, acho que no tempo do mandato do Ricardo Figueiredo já não se vendeu nada, de qualquer forma, eu não estou de acordo e só por isto impede-nos de votar a favor.----------

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Deu esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: ----------

--- Eu vou começar justamente por este ponto para o tranquilizar, já afirmei aqui na Assembleia Municipal que a política desta Câmara Municipal é de não vender habitação social, já recusámos um pedido concreto de venda de uma senhora inquilina que pediu para comprar e foi recusado, porque nós entendemos que sem habitação social não é possível fazer política de habitação social, a nossa política é não vender, pelo contrário, é comprar, por isso é que estamos em negociações

com a PSP e a GNR para adquirir e ampliar a nossa capacidade, esta cláusula não compromete esta política, está aqui apenas no sentido de a Câmara Municipal poder utilizar a Habitar para vender património imobiliário, não são fogos de habitação social, pode ser um lote de terreno ou para promover ou despromover a venda por exemplo de uma loja, porque a Habitar tem lojas. Eu quero que fique claro, não será vendida habitação social, esta cláusula não servirá para isso, serve para outros fins, fica em ata, poderá votar a favor tranquilamente, já recusámos o caso concreto e a munícipe ficou desagradada, há uma deliberação do executivo anterior que também vai neste sentido, a dada altura o anterior executivo liderado pelo presidente Ricardo Figueiredo deliberou como política geral, não vender prédios de habitação social a não ser em casos muito excecionais, nós vamos manter essa deliberação que está em vigor, porque se nós não tivermos habitação social não podemos desenvolver política de habitação social, como é óbvio, quando se vende habitação social está-se a transferir para o privado algo que é investimento público, fica fora da gestão pública e, uma das vantagens do modelo de arrendamento é que quando os inquilinos morrem ou melhoram a sua situação financeira e saem, os apartamentos ficam disponíveis para podermos atender outras necessidades, se vendermos deixamos de ter esta ferramenta disponível, o ano passado reabilitamos 36 apartamentos, temos uma série deles vagos e vamos lançar em breve uma empreitada para os reabilitar. Tivemos hoje uma reunião com a equipa que nos está a assessorar para elaborar a candidatura ao programa "1º Direito", porque as questões da habitação têm que ser vistas globalmente. Agora vou responder ao PSD, eu aconselho-a a ler o relatório de atividades da Habitar, acho que revogará a sua intervenção quando o ler, o cenário negro que aqui traçou não é real, minimamente, agora eu fiquei um pouco espantado com a sua intervenção em torno do contrato-programa, se a senhora agora está angustiada e tem um contrato-programa, eu imagino como é que estaria antes de haver contrato-programa, porque durante anos e anos não existiu e deveria ter havido, eu imagino a sua angústia nessa altura, não sei o que terá dito ao presidente da câmara de então. Nós melhorámos a situação, fizemos o contrato-programa o ano passado, estamos a fazer o contrato-programa deste ano, eu imagino o seu estado de espírito antes de haver contrato-programa, acho que é uma hipocrisia aquilo que foi dito, desculpe lá, é uma hipocrisia política, está a funcionar melhor, portanto, o relatório de atividades é apresentado até 31 de março, a senhora aprovou isso, espere até março e quando vier o relatório vai ter oportunidade de o criticar, mas hoje a situação está

melhor do que estava quando era o seu partido que governava a cidade, porque aí, a senhora nem tinha o direito de aspirar a ter um relatório e agora já vai tê-lo, está a ver o progresso que se fez, tem este relatório, este contrato que é transparente, nós estamos a fazer transferências líquidas para a Habitar que não eram feitas, está a ver o que se melhorou, portanto, eu não percebo como é que a senhora vem aqui descrever um cenário catastrófico, a mim espanta-me, porque a sua intervenção não tem adesão nenhuma à realidade, peço desculpa, mas são factos.

--- **MARIA CLARA SOARES REIS DE ALMEIDA BASTOS /PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – no uso da palavra, disse: ----------

--- Neste momento tenho que pedir autorização para continuar esta sessão, falta-nos apenas fazer a aprovação e a leitura da minuta da ata, mas terminámos o tempo regulamentar de 3,5 horas de sessão. Então, como todos concordam, podemos continuar.----------

---**JORGE CORTEZ / CDU** - no uso da palavra, disse: ----------

--- Em termos de me tranquilizar, tranquiliza-me, refiro-me à venda de imobiliário, mas perguntei se previa a venda de fogos e disse que sim, eu acredito em si e que o senhor não é mentiroso, mas eu não tenho que votar a intenção do presidente da câmara, tenho sim que votar um documento que diz que o município e a empresa Habitar podem vender fogos, vender património imobiliário municipal, porque é que não puseram "exceto fogos" , se o PS aceitar, eu proponho alteração ao artigo 8º neste sentido. ----------

--- **MARIA CLARA SOARES REIS DE ALMEIDA BASTOS /PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: ----------

--- Então a proposta de alteração ao texto do artigo 8º será " A Habitar S. João da Madeira, E. M. promoverá a venda de património imobiliário municipal a definir pela Câmara Municipal mediante as condições estabelecidas por esta, exceto fogos destinados à habitação". O assunto está em discussão. Como não há intervenções, vamos então votar este aditamento: ----------

DELIBERAÇÃO: Após discussão, foi aprovado por unanimidade, um aditamento à proposta do artigo 8º**. Aprovada por maioria** com 12 votos a favor, sendo 11 do PS e um da CDU e sete abstenções da coligação PPD/PSD.CDS. ----------

----------APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA----------

--- Foi lido o teor da minuta da ata e, não se registando intervenções, foi a mesma posta à votação. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade**.** ----------

--- E nada mais havendo a tratar, a senhora presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata**.** ----------

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____